COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.015, DE 2002

Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Autor: Deputado PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PEDRO CELSO

I - RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 446, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em regime de urgência, o Projeto em epígrafe, apoiado em Exposição de Motivos dos Ministros da Fazenda, e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O art. 1º institui o Fundo, que deve prover recursos para a organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do DF, bem como para assistência financeira às áreas de saúde e educação (CF, art. 21, inc. XIV).

Pelo art. 2º, a partir de 2003, inclusive, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$ 2,9 bilhões, corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União. Esta variação – calculada com base no quociente entre a receita acumulada no período de julho a junho de dois anos sucessivos – já seria aplicável em 2003.

O art. 3º prevê a compensação de quaisquer acréscimos de despesas no âmbito do próprio Fundo.

E o art. 4º estabelece que as dotações para o Fundo serão consignadas à unidade orçamentária “73.105 – Governo do Distrito Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”.

Foram apresentadas quatro emendas, todas de autoria do Deputado GERALDO MAGELA e subscritas por vários parlamentares. A primeira é substitutiva e corresponde ao Projeto de Lei Complementar nº 40, de 1999, apresentado pelo próprio parlamentar e em tramitação na Casa. A segunda altera a redação do § 2º do art. 1º, de modo a excluir os acréscimos decorrentes de criação de cargos e aumento de remuneração aos servidores e militares das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do DF do teto destinado pelo Fundo ao DF. A terceira suprime o § 3º do art. 2º, que manda excluir do cálculo da variação anual do valor antes mencionado o feito produzido por receitas extraordinárias decorrentes de medidas tributárias adotadas com a finalidade de promover ajuste fiscal. A quarta altera a redação do art. 2º, para estabelecer a variação do aporte inicial de R\$ 2,9 bilhões com base na comparação de períodos de janeiro a dezembro, e não de junho a julho; para tanto, seriam feitas adequações ao longo do próprio exercício, corrigindo a estimativa de arrecadação.

O Projeto será ainda submetido às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação.

II - VOTO DO RELATOR

O assunto é da maior importância para a Capital da República, e o regime de urgência se justifica. Já é hora de se reconhecer o papel estratégico do Distrito Federal para a Administração Pública brasileira e, hoje, sua relevância social como um escoadouro das demandas não satisfeitas da população de vários Estados e mesmo Regiões. O Fundo Constitucional, deste modo, confere a autonomia financeira desejável ao GDF e uma estabilidade quanto ao aporte de recursos transferidos da União, permitindo, por um lado, planejar as ações governamentais e, por outro, evitando a subserviente relação de dependência que se estabeleceu entre os respectivos Chefes de Poder.

Do exame do Projeto de Lei nº 7.015/02, da Emenda Substitutiva global e demais emendas apresentadas pelo Deputado Geraldo Magela, entendemos como conveniente e oportuna a elaboração de um Substitutivo, que procura fundir e ajustar todas as propostas, de modo factível para a União e o Distrito Federal.

O art. 1º do Substitutivo reproduz o art. 1º do Projeto de Lei nº 7.015/02, retirando do *caput* a expressão *prioritariamente*, a fim de estabelecer especificamente os serviços públicos que serão atendidos pelo FCDF, ou seja, os de saúde e educação, e retirando da parte final do § 2º a restrição ao acréscimo de dotações para o Fundo condicionado apenas à variação da receita corrente líquida da União.

O art. 2º do Projeto do Governo foi mantido quase na íntegra, mas suprimido o § 3º. Isto contempla a Emenda nº 03, mas não a nº 04. Optamos pelo cálculo da variação do valor das transferências com base nos períodos de julho a junho, o que permite a elaboração de orçamentos mais realistas. Com isso, abandonamos a idéia de ajustes com base na receita efetivamente realizada durante o exercício, que poderia provocar aumentos ou reduções na programação em curso. Mantivemos o valor previamente fixado em R\$ 2,9 bilhões. E suprimimos o parágrafo que manda desprezar, no cálculo da variação, as receitas extraordinárias. De qualquer modo, elas se compensariam no exercício seguinte.

Eliminamos o art. 3º do Projeto do Governo, por ser despiciendo e, no caso da segurança pública, já estar compreendido no § 2º do art. 1º.

Renumeramos o art. 4º para 3º.

O art. 4º do Substitutivo é uma adaptação do art. 4º e parágrafo único da Emenda Substitutiva global nº 01, visando assegurar o recebimento regular de recursos, e na proporção em que a União realizar a sua receita.

O art. 5º do Substitutivo corresponde, em linhas gerais, ao art. 9º da Emenda Substitutiva global nº 01, e tem por finalidade a criação de um comitê com ampla e diversificada participação dos Poderes Públicos e da comunidade, destinado ao controle social da aplicação dos recursos do Fundo.

O art. 6º do Substitutivo corresponde, em linhas gerais, ao art. 1º da Emenda Substitutiva global nº 01, e dispõe sobre a competência do CACS.

E o art. 7º exclui as despesas de pessoal e encargos sociais efetuadas com recursos do FCDF dos limites a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Em face do exposto, somos pela aprovação parcial da Emenda de Plenário nº 01, pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2 e 3, pela rejeição da Emenda de Plenário nº 4 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.015/02, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado PEDRO CELSO
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.015, DE 2002

Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV, do art. 21 da Constituição Federal.

§ 1º As dotações do FCDF para a manutenção da segurança pública e a assistência financeira para a execução de serviços públicos deverão ser discriminadas por atividades específicas.

§ 2º A criação de cargos, os reajustes ou vantagens salariais ou qualquer outro tipo de benefício a ser concedido aos servidores e militares da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal serão realizados por lei federal, e seus efeitos financeiros deverão ser compensados pela redução permanente de outras despesas do FCDF ou pelo acréscimo em suas dotações.

§ 3º As folhas de pagamentos da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, deverão ser processadas através do sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal, no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da publicação desta Lei, sob pena de suspensão imediata da liberação dos recursos financeiros correspondentes.

Art. 2º A partir de 2003, inclusive, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida – RCL da União.

§ 1º Para efeito do cálculo da variação de que trata o caput deste artigo, será considerada a razão entre a RCL realizada:

I – no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao do repasse do aporte anual de recursos; e

II – no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao referido no inciso I.

§ 2º O cálculo da RCL para efeito da correção do valor a ser aportado ao FCDF no ano de 2003 levará em conta a razão entre a receita acumulada realizada entre julho de 2001 e junho de 2002, e a receita acumulada realizada entre julho de 2000 e junho de 2001.

Art. 3º Para os efeitos do aporte de recursos ao FCDF, serão computadas as dotações referentes à manutenção da segurança pública e à assistência financeira para execução de serviços públicos, consignadas à unidade orçamentária “73.105 – Governo do Distrito Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda.”

Art. 4º Os recursos correspondentes ao FCDF serão entregues ao GDF até o dia 20 de cada mês, de acordo com a proporção entre as dotações aprovadas para o exercício e a receita corrente líquida da União no mês anterior.

Art. 5º Fica criado o Comitê de Acompanhamento e Controle Social – CACS, com a seguinte composição:

I – um representante do Poder Executivo do GDF;

II – um representante da Câmara Legislativa;

III – um representante do Ministério da Fazenda;

IV – um representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – três representantes da sociedade civil, vinculados a entidades de classe, associações, conselhos profissionais e outras instituições de cada uma das áreas da segurança, saúde e educação.

§ 1º O mandato de cada representante é de dois anos, vedada a recondução.

§ 2º Compete ao Governador do DF a nomeação dos membros do CACS, indicados por cada um dos respectivos órgãos e entidades.

§ 3º Pelas atividades exercidas no CACS, seus membros não serão remunerados

§ 4º A Presidência caberá ao representante da Câmara Legislativa do DF.

§ 5º O CACS será instalado dentro de no máximo 30 dias da publicação desta Lei.

Art. 6º Compete ao CACS:

I – fiscalizar as transferências e as aplicações dos recursos do FCDF, tendo acesso a quaisquer documentos e informações sobre o mesmo;

II – dar ampla publicidade, em forma compreensível para a sociedade, das conclusões de seus trabalhos;

III – manifestar-se publicamente sobre a gestão do Fundo, oferecendo sugestões e recomendando providências às autoridades responsáveis;

IV – dispor sobre sua organização e funcionamento.

Art. 7º As despesas de pessoal e encargos sociais efetuadas com recursos do FCDF não serão computadas para efeito do disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado PEDRO CELSO
Relator